

A ESCRAVA:

uma Resenha Crítica da Obra de Maria Firmina Reis “A escrava”. In: Úrsula. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis. Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

Paulo Vitor Ferreira de Oliveira

O conto “A Escrava” de Maria Firmino dos Reis foi publicado, em 1887, na *Revista Maranhense*, em Minas Gerais, destacando-se por ter sido escrito por uma mulher negra, sendo a primeira mulher negra romancista do Brasil; professora, poeta e compositora, mostra sua força com escritos que marcam o movimento abolicionista. Suas obras narram as mazelas vivenciadas durante os horrores da escravidão, e as incertezas de um futuro em que se venha predominar a paz e direitos civis a todo e a qualquer cidadão, sem quaisquer distinções, sejam elas discriminatórias, vexatórias, ou que tragam consigo teor análogos à escravidão. Seu texto, escrito poucos meses antes da Lei Áurea (1888), busca representar a democracia escravocrata do século XIX, pelo olhar do indivíduo dominado.

O conto se inicia em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, até que se inicia uma discussão sobre “elemento servil”¹. Uma senhora ali presente pede a palavra e se torna narradora desta história. Ela, então, conta-lhes a história de Joana, uma escrava que foi liberta aos cinco anos de idade e após dois anos, teve sua sentença reiniciada, pois a carta de alforria dada a ela pelo senhor Tavares de nada tinha valor. Isso demonstra uma deslealdade deste personagem, que se aproveitou da fragilidade e ingenuidade do casal, já que ambos eram analfabetos, e tudo que lhes garantia eram as más intenções por trás de suas doces palavras, que recebendo o dinheiro, entregou-lhes uma carta de alforria falsa.

Essa situação fez de Joana uma mulher de atitudes firmes, levando-a a inúmeras tentativas de fuga, e a cada vez que fugia, a repreensão dada a ela se tornava violentamente pior. Em uma de suas tentativas de se evadir, Joana encontra a senhora que iniciará a narrar a história, e começa lhe contar sua triste história de vida. A pobre moça foi abrigada

¹ É um termo que se refere a diversos documentos e discursos sobre a escravidão no Brasil.

juntamente com um de seus filhos pela senhora branca, que lhes escondeu e ofereceu proteção. A abolicionista era vista como “douda”, pois muito já havia sofrido, e isto é perceptível quando a narrativa começa a tratar o que aconteceu aos seus filhos gêmeos, Carlos e Urbano, quando mencionado:

Tinham oito anos.

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus podres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente...acordei aos gritos de meus podres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! (REIS, 2018, p. 173)

Quando Joana termina de narrar este fato, a jovem desfalece ali, pois já havia sofrido demasiadamente, e, mesmo em seu leito de morte, a forte mulher não teve paz, ao recordar amargamente de todo sofrimento que vivera. Sentiu, porém, um pouco de tranquilidade, ao saber que, ao menos, um de seus filhos estava ao seu lado, e que, no final da vida, encontrou alguém que cuidará e lhe oferecerá proteção, dando liberdade ao seu filho Gabriel.

A senhora que narra a história pertence à elite brasileira, é uma abolicionista que buscava uma sociedade igualitária onde morava, e faz reflexões sobre a situação da escravidão no Brasil. Na narrativa, apresenta argumentos que são usados para justificar a escravidão: a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras, nas plantações de cana-de-açúcar e nas minas de ouro. Isso se observa em:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...” (REIS, 2018, p.164,165).

Da perspectiva da senhora, o homem/trabalhador encontrará motivação quando seu trabalho for valorizado e indenizado. Não só Maria Firmina aborda essa questão da falta de valorização do trabalho braçal, mas observamos isso no livro *Casa Grande e*

Senzala, em que Freyre (1997) reconhece e afirma que os engenhos de açúcar dependiam do trabalho forçado para se manterem lucrativos. Isto trazia descontentamento e relações sociais moldadas na violência.

O autor traz consigo a perspectiva de que a escravidão fortaleceu a sociedade patriarcal em que o homem branco – o dono da casa grande – tinha o domínio sobre seus subordinados, levando-nos a entender que o período de escravidão fosse algo frutífero para o desenvolvimento social. No entanto, mais tarde, Sergio Buarque de Holanda, opõe-se a essa visão ao escrever sobre o “O homem cordial” em “*Raízes do Brasil*”, de 1936, três anos após o lançamento de *Casa Grande e Senzala* de Freyre (1997), em que o termo cordialidade destacado por ele, veio com o intuito de mascarar cenários de conflitos e dificuldades.

A personagem principal do conto é a escrava Joana, mulher negra, filha de africana e de pai indígena, que aos 5 anos de idade vê a chance de ser livre e construir uma história diferente e, aos 7 anos, vê-se novamente como escrava. Uma mulher que sofreu arduamente com trabalhos e maus tratos, mais ainda quando seus filhos gêmeos Carlos e Urbano, são vendidos aos oito anos e levados para o Rio de Janeiro. Isso faz com que Joana sofra com a dor da separação e desesperança de vê-los novamente. O que restou a Joana foi seu filho Gabriel que, assim como a mãe, sofreu muito durante o período em que ficou com a genitora na fazenda, mas que conquista sua liberdade depois da morte dela, dada pela senhora que lhes concederá abrigo.

Dentro desta narrativa, temos a representação de um homem perseguidor e desleal, um capataz que perseguia Joana e lhe atribui diversos adjetivos de cunho negativo, como “douda” e “preguiçosa”. O dono da fazenda, Senhor Tavares, um personagem que também a trata com desrespeito, vista por muitas vezes como um “objeto”.

A obra traz pontos centrais do contexto da escravidão, na perspectiva do escravizado, buscando combater a escravidão em meio a uma sociedade com pensamentos distorcidos sobre o trabalho braçal e racial. Isso fortalece o texto e dá valor ao negro no processo de construção de sua identidade. Temos a figura negra como personagem principal, uma narradora branca, que demonstra humanidade e busca através de seu discurso abolicionista dar dignidade e tranquilidade a pessoas que são vistas como um “objeto”, bem como menciona Luz (2018):

Notamos que a escritora Maria Firmina, através de seu alter-ego a senhora abolicionista, busca levar seus leitores a refletir sobre a condição vivenciada pelos escravos no Brasil, para tanto evoca o lugar da humanidade e da fraternidade com o intuito de aproximar seus leitores da causa dos escravos e de seus sofrimentos. A escritora utiliza-se do recurso de escrever uma narrativa dentro de outra narrativa – a partir da sala da casa em que a senhora estava ela evoca a história da escrava Joana – com o objetivo de obter maior grau de verossimilhança psicológica aproximando o leitor e o narrador da história através de um pacto estabelecido entre eles de credibilidade, como bem pontua Barthes (1992) (p. 202)

O contexto de escrita do conto de Firmina se dá próximo à assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que possibilitou que mais de 700 mil escravizados conquistassem sua liberdade. Isso só se tornou realidade através da mobilização do movimento abolicionista, da sociedade brasileira e dos escravizados. A assinatura desta lei se deu por diversos motivos: a manutenção da escravatura que pesava contra a imagem internacional do Brasil e as frequentes fugas de escravos das fazendas escravocratas, bancadas pelas associações abolicionistas. Este movimento abolicionista ganhou muita força na década de 1880 e possui diversos adeptos de renome como: André Rebouças (1838 – 1898) – engenheiro, que defendeu o acesso à terra para os afro descendentes libertos; o advogado Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830 – 1882), que mostrou que muitas leis da época que prendiam os escravos eram ilegais; Antônio Bento (1843 – 1898) era líder dos caifazes, ajudava na fuga dos escravos; o jurista Rui Barbosa que tornou-se porta-voz dos abolicionistas nos setores emergentes; os deputados José do Patrocínio (1853 – 1905) e Joaquim Nabuco (1849 – 1910), que colaboravam na elaboração de projetos e debates sobre o fim da escravidão; dentre outros que lutavam na justiça pela liberdade dos escravos e, quando não obtinham vitória, davam-lhes apoio financeiro para fugirem para os quilombos, como o Quilombo dos Palmares.

A narrativa apresenta linguagem clara e acessível, possuindo alguns termos não utilizados com frequência, mas que são de fácil compreensão no contexto da história, como “espavorida”, para referir-se à pessoa que está apavorada; “destitosa”, que no contexto significa senhora; “franziu”, quando a pessoa olha profundamente outra; “sobrolho”, para referir-se a olhos e dentre outras. É perceptível a utilização de algumas metáforas para enaltecer o escravo, por exemplo “Gabriel, ergue a fronte. Gabriel, és livre!”. Aquele que era um subalterno, que abaixava a cabeça, agora é livre e desfruta de liberdade, o que possibilita um final cheio de esperança por um sistema igualitário.

A referida obra é uma figura fundamental nos estudos literários brasileiro, tendo importância, pois influenciou o desenvolvimento do romantismo no Brasil e aborda a condição feminina e a dupla opressão das mulheres escravas, alavancando assim o movimento feminista no país. Além disso, envolve contribuições aos aspectos culturais, como a representatividade, dando voz às mulheres, aos escravos e a outros grupos marginalizados; intensifica o pensamento crítico social ao questionar e denunciar injustiças sociais.

A obra é um reflexo de uma sociedade desigual frente a mulheres que não são submissas ao sistema, que não se limitam a sua cor, raça ou gênero, tendo em vista os anseios dos traços que carregam em suas veias, em prol de uma história composta não apenas por um povo, mas por um resultado de miscigenação de diversos povos, como por exemplo: indígenas, africanos e europeus.

Ademais, embora a obra seja pioneira, nota-se uma certa linearidade na narrativa e desenvolvimento limitado dos personagens secundários, podendo ela explorar mais profundamente as complexidades dos atuantes. Apesar disso, a autora demonstra bravura e, ao mesmo tempo, sensibilidade ao abordar temas polêmicos como esse, tornando ‘A Escrava’ uma obra fundamental para entender o contexto histórico brasileiro, assim como, para a literatura portuguesa.

Assim, a autora Maria Firmina dos Reis demonstra mais uma vez seus anseios por uma sociedade humanitária que valoriza sua população. Podemos afirmar que a escravidão só mudou de nome ao longo dos anos, e por isso, deve haver uma luta constante contra ela. Atualmente, o trabalhador possui remuneração, mas com valores inferiores ao que deveria ser. Dessa forma, ‘A Escrava’ contribui significativamente para desfazer estereótipos negros da sociedade brasileira, como a humanização dos escravos, pois a obra apresenta, em sua maioria, personagens negros, com emoções, desejos e sonhos e desafiando a visão reducionista da época; críticas às práticas escravocratas, pois a autora denuncia a crueldade e as injustiças acerca da escravidão, questionando a moralidade e condições de vida da sociedade escravocrata, além disso, retrata também representações positivas, como mostrar uma visão apagada destes indivíduos como seres capazes, inteligentes e dignos de respeito.

Atualmente, os estudos sobre a literatura afro-brasileira vêm se fazendo presente nas discussões que se preocupam com a questão afrodescendente. Dessa forma, inúmeras

metodologias de ensino vêm se instalando nas práticas de ensino, visando ao bem-estar e à permanência de crianças e jovens dentro dos espaços educacionais, incluindo temáticas voltadas à cultura afro-brasileira e indígenas, a fim de promover a diversidade e a valorização da identidade étnico-racial, de proporcionar a autoconfiança ao aluno e de debater sobre assuntos voltados aos processos de luta e resistência. Além disso, visa-se criar condições para conversas sobre raça, diversidade, equidade, racismo e intolerância, bem como propõe as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, marcos jurídicos que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira.

Referências:

- BOTELHO, P. B. O que foi o movimento abolicionista brasileiro? **Politize!**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-abolicionista/>. Publicado em: 24 out. 2022. Acesso em: 27 dez. 2024.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LUZ, G. Escrivência de Maria Firmina Dos Reis no conto A Escrava. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 193 – 204, jan./abr. 2018.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994.
- REIS, M. F. “A escrava”. In: **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis. Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.